



Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão



### CONTRATO Nº 022/2021/SEPLAG

Contrato que entre si celebram o Estado de Mato Grosso, por intermédio da **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG** e a Empresa **C.D Comunicação Visual Ltda**, que tem por objeto a Contratação de Empresa especializada para executar prestação de serviços de confecção e instalação de 01 (um) totem dupla face da Polícia Militar, com adesivo impresso de alta resolução; 03 (três) placas da Polícia Militar em ACM com adesivo impresso de alta resolução; e 01 (um) totem dupla face do Sr. Júlio Campos “Seo Fiote”, com adesivo impresso de alta resolução, para atender demanda da Unidade da Prefeitura do Centro Político Administrativo e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

O Estado de Mato Grosso, por intermédio da **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/SEPLAG**, com sede na Rua C, Bloco III, s/nº, Bairro: Centro Político Administrativo, CEP: 78049-005, Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.507.415/0004-97, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, nomeado através Ato nº 964/2019 publicado no D. O. E de 15 de fevereiro de 2019, o Sr. **Basílio Bezerra Guimarães dos Santos**, brasileiro, funcionário público, portador do RG nº 793306 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 630.581.111-34, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **C.D Comunicação Visual Ltda**, inscrita no CNPJ/MF pelo nº 39.581.692/0001-44, localizada à Rua B-2, nº 201, Sala A, CEP: 78.090-658, Bairro: Jardim Nossa Senhora Aparecida, Cuiabá MT, representada neste ato pelo Sr. **Pamela dos Anjos Maia**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 24471291 SEJUSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 049.093.351-37, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando a Orientação Jurídico-Normativa nº 004/CPPGE/2020, com fulcro no art. 24, II da Lei 8.666/93 Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores e, bem como pelo decreto Estadual nº 840/2017 e suas alterações posteriores, tendo em vista o que consta no **Processo nº 123076/2021**, resolvem de mútuo acordo celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e estipulações a seguir enumeradas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE



Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o



1.1 Contrata3o de Empresa especializada para executar presta3o de servi3os de confec3o e instala3o de 01 (um) totem dupla face da Pol3cia Militar, com adesivo impresso de alta resolu3o; 03 (tr3s) placas da Pol3cia Militar em ACM com adesivo impresso de alta resolu3o; e 01 (um) totem dupla face do Sr. J3lio Campos "Seo Fiote", com adesivo impresso de alta resolu3o, para atender demanda da Unidade da Prefeitura do Centro Pol3tico Administrativo e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o, em conformidade com a **Termo de Refer3ncia n3 003/2021/UPCPA/SAAPS/SEPLAG**.

**CL3USULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICA33ES DO OBJETO E DO VALOR**

**2.1 Especifica33es do objeto:**

ITEM	C3DIGO SIAG	ESPECIFICA33O	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT3RIO	VALOR TOTAL
01	1098264	Presta3o de servi3o de confec3o e instala3o de totem dupla face da Pol3cia Militar medindo 350cmx65cmx90cm em ACM com metal3o, com adesivo impresso de alta resolu3o.	Unidade	1	R\$ 2.299,89	R\$ 2.299,89
02	1098263	Presta3o de servi3o de confec3o e instala3o de Placas da Pol3cia Militar medindo 500cmx40cm em ACM com adesivo impresso de alta resolu3o.	Unidade	3	R\$ 985,90	R\$ 2.957,70
03	1098265	Presta3o de servi3o de confec3o e instala3o de totem dupla face do Sr. Julio Campos "Seo Fiote", medindo 300cmx100cmx30cm com adesivo impresso de alta resolu3o.	Unidade	1	R\$ 1.999,89	R\$ 1.999,89
Valor total: R\$ 7.257,48 (sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos).						



## 2.2 – Valor do objeto:

O valor do presente contrato é de **R\$ 7.257,48 (sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos)**.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Estadual nº 840/2017 e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos Contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
- 4.2. A contratante providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, como condição de eficácia do mesmo, nos termos do § único do art. 61 da lei 8.666/1993.

## CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente. A data será fixada de acordo com a legislação para pagamento no âmbito do Estado de Mato Grosso, em especial o Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2015 e alteração pelo Decreto nº 85 de 05 de maio de 2015, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do CONTRATANTE.

5.1.1. Deverá constar, no corpo da nota fiscal emitida pela CONTRATADA, o número do contrato e o nº da nota de empenho.

5.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato.

5.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

I - Prova da regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor prevista no art. 1º, alínea “a” do Decreto Estadual 8.199 de 16 de outubro de 2006.

II - Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) prevista no art. 1º, alínea “c” do Decreto Estadual nº 8.199 de 16 de outubro de 2006.



III - Certid3o Negativa de D3bitos Trabalhistas - CNDT.

5.4. O CONTRATANTE n3o efetuar3 pagamento de t3tulo descontado ou por meio de cobran3a em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por interm3dio de opera3o de factoring;

5.5. Todo e qualquer pagamento ser3 efetuado diretamente 3 CONTRATADA, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros por t3tulos, os quais ser3o devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jur3dica que os houver apresentado.

5.6. Os pagamentos n3o realizados dentro do prazo, motivado pela CONTRATADA, n3o s3o geradores de direito ao reajustamento de pre3os.

5.7. O faturamento dever3 ser emitido para: Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o/SEPLAG, com sede na Rua C, Bloco III, s/n3, Bairro: Centro Pol3tico Administrativo, CEP: 78049-005, Cuiab3-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n3 03.507.415/0004-97.

5.8. Nenhum pagamento ser3 efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquida3o qualquer obriga3o que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimpl3ncia.

#### CL3USULA SEXTA – DA DOTA3O OR3AMENT3RIA

6.1. As despesas deste contrato correr3o por conta de recursos consignados na seguinte dota3o or3ament3ria:

3RG3O	UO	PROJETO ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPEsa	VALOR R\$
SEPLAG	30101	2558	100	33.90.39	7.257,48

#### CL3USULA S3TIMA – DAS OBRIGA33ES DA CONTRATADA

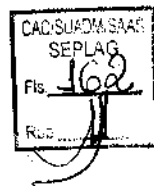
7.1. Assinar o contrato em at3 05 (cinco) dias contados a partir da convoca3o formal, via e-mail, carta SEDEX, AR (aviso de recebimento) ou of3cio.

7.2. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condi33es no prazo e locais indicados pelo CONTRATANTE, em estrita observ3ncia das especifica33es do termo de refer3ncia e proposta e acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.2.1. Comunicar antecipadamente a data e hor3rio da entrega e instala3o, n3o sendo aceitos os equipamentos que estiverem em desacordo com as especifica33es constantes deste instrumento,



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**



nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

7.2.2. Prover todos os meios necessários à garantia de plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza;

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais, e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos, taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoas e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitados pelo CONTRATANTE;

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o CONTRATANTE.

7.7. Manter, até o pagamento, as condições de habilitação exigidas para o recebimento do CONTRATANTE, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

7.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

7.9. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos produtos;

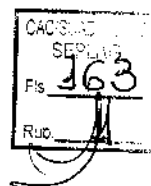
7.10. Respeitar as normas de controle de produtos e de fluxo de pessoas nas dependências do CONTRATANTE;

7.11. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos produtos contratados;

7.12. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente por escrito;

7.13. Disponer-se toda e qualquer fiscalização do CONTRATANTE, no tocante a entrega dos produtos contratados;

7.14. Responder ao CONTRATANTE nos casos de qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de



seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

7.15. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondências;

7.16. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e alterações;

7.17. Fica vedada a subcontratação total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da CONTRATANTE.

7.18. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

7.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes.

7.20. Comunicar, tempestivamente a CONTRATANTE, qualquer imprevisto ou atraso na entrega do material/serviço objeto deste Termo por força maior ou alheio à sua vontade e controle, ficando o CONTRATANTE responsável pelo seu deferimento, ou não, do pedido de dilação do prazo/prorrogação de prazo e entrega, aplicando as sanções previstas neste contrato, bem como todas aquelas sujeitas a Lei 8.666/1993 e suas subsidiárias.

7.21. O recebimento definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade do fornecedor quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Secretaria, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

7.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação dos débitos frente à CONTRATADA, sob pena de ilegalidade dos atos.

8.2. Requisitar a entrega dos produtos/serviços estabelecendo dia/hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

8.3. Receber os produtos/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste contrato.

8.3.1. Disponibilizar local adequado para a realização das entregas.

8.4. Designar, servidor Fiscal do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato conforme legislação vigente.



- 8.5. Comunicar à empresa CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos fornecidos, para imediata correção, solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição em que se verificarem os vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.6. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
- 8.7. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução da entrega dos produtos, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA em suas dependências, desde que respeitadas às normas de segurança.
- 8.8. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.
- 8.9. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA efetuando os pagamentos de acordo com a CLÁUSULA QUINTA, deste Termo de Contrato.
- 8.10. Efetuar o autorizo do pagamento na forma prevista neste Contrato.
- 8.11. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação e do fornecimento/prestação.
- 8.12. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 8.13. Fiscalizar a entrega do bem por um representante designado para esse fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento/execução e de tudo dará ciência à Administração, conforme artigo 67 da Lei Federal 8.666/1993.
- 8.14. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal 8.666/1993.

## **CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **9.1. DA ENTREGA**

- 9.1. O objeto deste Contrato deverá ser executado de acordo com a solicitação da CONTRATANTE e mediante a emissão da Ordem de Fornecimento;
- 9.1.2. O prazo máximo para a entrega dos equipamentos/produtos adquiridos é de até 03 (três) dias úteis, após a entrega da Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE;
- 9.1.3. Todos os equipamentos/produtos deverão ser entregues de forma única;
- 9.1.4. O local de entrega do objeto deste contrato deverá ser na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/SEPLAG. Setor: Unidade da Prefeitura do Centro Político Administrativo



– UCPA. Endereço: Rua C, bloco III, s/nº, Centro Político Administrativo, CEP: 78049-005, Cuiabá-MT. De: segunda a sexta-feira, das 8h às 12h ou das 14h às 17h. Telefone: (65) 3613-3610.

9.1.5. O objeto deste contrato dever3a recebido em hor3rios diferentes ao determinado nem em feriados e recesso.

9.1.6. Na entrega n3o ser3a aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta.

9.1.7. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA dever3a apresentar justificativa por escrito ao fiscal do contrato, indicando o prazo necess3rio, que por sua vez analisar3a e tomar3a as necess3rias provid3ncias para aceitaç3o ou n3o das justificativas apresentadas.

9.1.8. O transporte dos equipamentos ou produtos ser3a de responsabilidade da empresa vencedora do certame licitatório;

9.1.9 Caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela CONTRATANTE ou em qualidade inferior ao estabelecido, a empresa dever3a substituí-lo ou complement3-lo em, no m3ximo, 02 (dois) dias, a contar da notificaç3o da contratada, 3s suas custas, sem prejuízo da aplicaç3o das penalidades, podendo ser prorrogado a crit3rio da Administraç3o. Somente ser3a permitida uma 3nica troca, ap3s o que, aplicar-se-3 multa de inexecuç3o parcial da Ordem de Fornecimento.

9.1.10. Os produtos devem ser acondicionados em embalagem adequada, de forma a garantir a m3xima proteç3o durante o transporte e o armazenamento;

## 9.2. DA INSTALAÇ3O

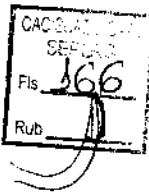
9.2.1. A empresa contratada cuidar3a para que todas as 3reas onde realizarem serviços permaneçam sempre limpas e arrumadas, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade. Providenciar3a, ainda, a retirada imediata de detritos e sobras de material t3o logo conclua as operaç3es relativas ao serviço executado;

9.2.2. As vias de acesso internas e externas n3o poder3o ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalaç3es ou assemelhados da empresa registrada/contratada de forma a n3o prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros contratados que acaso poder3o estar trabalhando concomitantemente.

## 9.3. DO RECEBIMENTO

9.3.1. Os equipamentos/produtos fornecidos pela Contratada, sendo que ser3o recebidos da seguinte forma:





- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação, bem como providenciar testes, se necessários a caracterização da qualidade e funcionalidade exigidas;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, quando a Nota Fiscal será atestada e remetida para pagamento. O recebimento definitivo não poderá exceder o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório;
- c) Rejeitado no todo ou em parte, quando em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos. A empresa fornecedora notificada deverá proceder a substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Cabe ao Fiscal do Contrato as seguintes atribuições:

- a) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato.
- b) Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto Contratado, confirmando o cumprimento das obrigações.
- c) Interditar: paralisar a execução do Contrato por estar em desacordo com o pactuado.
- d) Intervir: assumir a execução do Contrato.
- e) Informar a Administração sobre o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensões das atividades de fiscalização.
- f) Ter total conhecimento do Contrato e suas cláusulas.
- g) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassam sua competência.



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**



- h) Zelar pelo bom relacionamento com a Contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortês.
- i) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes.
- j) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados.
- k) Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados a execução do objeto Contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade.
- l) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais.
- m) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços.
- n) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

**10.2 São designados pela contratante para fiscais do contrato os seguintes servidores:**

**Fiscal titular: Divino Florentino Santana Junior - matricula: 280540, CPF: 496.424.131-91;**

**Fiscal substituto: Jefferson Claude Dutra- matricula: 249259; CPF: 34004050197;**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

11.1. A CONTRATADA que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e artigo 7º, da Lei 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

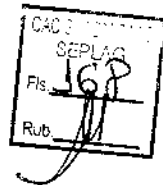
11.2. Quanto ao atraso, para assinatura do contrato:

- a) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada, e sobre o valor do contrato se for entrega única;
- b) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada e sobre o valor do contrato se for entrega única, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

11.3. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas no contrato, poderão ser aplicadas também, garantia à prévia defesa, as seguintes sanções:



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**



- I - advertência, nos casos de irregularidades de pequena monta;
  - II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da nota fiscal/fatura, por dia de atraso no prazo proposto para entrega do bem, ficando limitado este percentual em 10% (dez por cento). Ultrapassado o prazo de 30 dias considerar-se-á rescindido a contratação;
  - III - multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação por infração de qualquer outra Cláusula deste Contrato, que será dobrada em caso de reincidência;
  - IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;
  - V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que será promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 11.4. A CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, pelo prazo de até cinco anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
- 11.5. A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do estado, podendo, ainda, o CONTRATANTE proceder á cobrança judicial da multa;
- 11.6. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo do CONTRATANTE;
- 11.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação;
- 11.8. No caso de aplicação de penalidades, o CONTRATANTE deve informar a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento - SEPLAG/ MT, para providências quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do ESTADO.
- 11.9. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:



- I - a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao CONTRATANTE;
- II - não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;
- III - as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

12.1. Em virtude do objeto da contratação e das condições deste Contrato, fica inexigível a garantia, conforme faculta o caput do artigo 56, da Lei Federal 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DOS BENS/SERVIÇOS**

13.1. Os equipamentos ofertados deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do seu recebimento definitivo.

13.2. A garantia abrange a manutenção corretiva dos equipamentos (por intermédio da empresa contratada ou de sua (s) credenciada (s), se for o caso, devidamente autorizado pela Seplag e, de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Seplag.

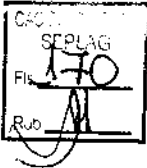
#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS BENS/SERVIÇOS**

14.1. A Contratada deverá dispor de Assistência Técnica na cidade de Cuiabá-MT e/ou Várzea Grande-MT. Caso não haja Assistência Técnica nestas localidades, será de responsabilidade da Contratada os custos do transporte de técnicos até o bem, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação efetuada, e/ou transporte do bem, para a devida manutenção/reparação, devendo o vício ser sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação da Seplag, conforme previsto no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, caso o mesmo apresente algum defeito.

14.2. Em casos de defeito, o bem deve ser retirado em dias úteis, no horário de expediente, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

14.2.1. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação efetuada;

14.2.2. O término do atendimento, considerando a colocação dos equipamentos em perfeito estado de uso, não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação da Seplag, considerando-se, ainda, o seguinte: a) Início do atendimento: a hora de chegada do técnico ao



local onde está o equipamento; e b) O término do reparo do equipamento: a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições;

14.2.3. Caso o problema não seja resolvido, a empresa contratada deverá entregar um novo equipamento nas condições estabelecidas neste contrato, em até 10 (dez) dias corridos, sem qualquer ônus para a Seplag;

14.2.4. Cabe à empresa contratada o ônus da prova da origem do defeito do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO**

15.1. Toda e qualquer alteração do presente contrato deverá ocorrer por meio de Termo Aditivo, nos termos da Lei 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

16.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e 79 da Lei 8.666, de 1993, como as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

17.2. A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e ou documentos apresentados enquanto vigorar este Contrato.

17.3. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem autorização expressa do CONTRATANTE

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO COMBATE À CORRUPÇÃO**

18.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação,



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão



compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

18.2. Consta em anexo do Contrato o Termo Anticorrupção (Anexo), expresso pela CONTRATADA, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a lei, a moral e os bons costumes.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. As partes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

Cuiabá – MT, 16 de Junho de 2021

**Basílio Bezerra Guimarães dos Santos**  
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão  
CONTRATANTE

PAMELA DOS ANJOS  
MAIA:04909335137

Assinado de forma digital por  
PAMELA DOS ANJOS  
MAIA:04909335137  
Dados: 2021.06.16 14:38:20 -03'00'

**Pamela dos Anjos Maia**  
Representante Legal  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Nome: *H. P. Rodrigues de Almeida*  
CPF: *050.793.452-28*

Nome:  
CPF:

*[Handwritten Signature]*  
**Daiany Fernanda Santos Nascimento**  
Gerente de Contratos  
Matrícula: 295460  
SEPLAG-MT